

O TERRITÓRIO NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

THE TERRITORY IN THE CONTEMPORARY
BRAZILIAN GEOGRAPHICAL THOUGHT

EL TERRITORIO EN EL PENSAMIENTO GEOGRAFICO
BRASILEÑO CONTEMPORÁNEO

Ana Cristina da Silva – Universidade Federal de Goiás – Goiânia – Goiás – Brasil
ana.iesa.ufg@gmail.com

Resumo

Esse artigo é parte de uma pesquisa realizada, em nível de doutorado, sobre o conceito de território no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo. Trata-se de um estudo histórico e teórico de caráter bibliográfico, mas também estatístico, no âmbito da Geografia Humana, por meio do qual objetivamos identificar a produção geográfica sobre o conceito de território. Orientou essa investigação o pressuposto que o território tornou-se, juntamente com a categoria espaço, relevante para o conhecimento e o pensamento geográfico contemporâneo. No entanto, interessava-nos descobrir quando e como o território assumiu relevância nos estudos geográficos em meio à predominância dos estudos sobre espaço e identificar as configurações intelectuais que o território assumiu no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo.

Palavras-chave: Território, Produção Geográfica, Pensamento Geográfico Brasileiro.

Abstract

This article is part of a survey conducted at the doctoral level, about the concept of territory in contemporary Brazilian geographical thought. It is a historical and theoretical study of bibliographical character, but also statistical, within the Human Geography, through which we aim to identify the geographic productions on the concept of territory. The assumption that the territory has become, along with the space category, relevant to the knowledge and the contemporary geographical thought guided this research. However, it interested us to discover when and how the territory has assumed relevance in the geographic studies among the predominance of studies on space and identify the intellectual settings that the territory has taken in contemporary Brazilian geographical thought.

Keywords: Territory, Geographic Production, Brazilian Geographic Thought.

Resumen

Este artículo forma parte de una investigación realizada, a nivel de doctorado, acerca del concepto de territorio en el pensamiento geográfico brasileño contemporáneo. Se trata de un estudio histórico y teórico de carácter bibliográfico, sino también estadístico, en el ámbito de la Geografía Humana, a través del cual se pretende identificar la producción geográfica sobre el concepto de territorio. La investigación fue conducida por el supuesto de que el territorio se ha convertido, juntamente con la categoría espacio, relevante para el conocimiento y el pensamiento geográfico contemporáneo. Sin embargo, nos interesaba descubrir cuándo y cómo el territorio ha ganado relevancia en los estudios geográficos a pesar del predominio de los estudios sobre espacio e identificar las configuraciones intelectuales que el territorio ha asumido en el pensamiento geográfico brasileño contemporáneo.

Palabras clave: Territorio, Producción Geográfica, Pensamiento Geográfico Brasileño.

Introdução

Esse artigo tem origem numa investigação realizada entre 2006-2010 para a tese de doutorado: *O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o XXI: o território na trama das significações imaginárias*. A periodização proposta abarcou desde a década de 1980 até as décadas iniciais do século XXI. Essa periodização compreende: a eclosão do *movimento de renovação* da geografia brasileira, nas duas últimas décadas do século XX, bem como seu recrudescimento no final desse mesmo século; a ascensão da Geografia Humana, como uma das áreas mais receptivas às mudanças epistemológicas na Geografia, sobretudo no que se refere à valorização dos conceitos de espaço e de território, nas primeiras décadas do século XXI. As fontes de pesquisa consistiram de depoimentos orais, sob a forma de entrevistas¹ e produção escrita, sob a forma de livros e artigos. Uma vez concluída a tese de doutorado, continuamos a investigação da temática por meio de outras fontes: artigos publicados nos Anais dos eventos realizados pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)², dissertações e teses concluídas de 1980 a 2012³.

Um dos objetivos da investigação visava avaliar a renovação da Geografia Humana e suas implicações na revalorização do conceito de território, considerando-se a produção dos geógrafos, publicada nos Anais dos encontros e simpósios promovidos pela AGB. Procuramos também identificar as configurações do pensamento geográfico brasileiro relativamente ao conceito território e assim apresentar um “estado da arte” sobre o tema.

Na identificação das configurações desse pensamento, procurou-se os traços de tradição e renovação da Geografia Humana, nas décadas finais do século XX e nas primeiras décadas do século XXI. Tendo em vista a temática e os objetivos propostos para essa investigação, foi desenvolvida uma metodologia de pesquisa que buscou conjugar informações históricas, dados quantitativos e análise da produção geográfica.

A geografia humana no movimento de renovação

No século XX, a geografia humana passou por grandes transformações, ampliando seus temas de reflexão para além do tema clássico da relação homem-meio, revendo seus métodos de investigação e suas concepções de objeto de estudo. Um dos desdobramentos dessas transformações resultou na reformulação dos conceitos de espaço e de território

num diálogo com novos aportes teóricos e filosóficos e diferentes teorias sociais, além da atenção dada ao fenômeno da globalização. Destaca-se a geografia humana, como uma grande área da ciência geográfica, pela plasticidade com que absorveu as novas perspectivas teóricas, metodológicas e temáticas, no final das últimas décadas do século XX. Quando o conjunto de transformações originou o que se convencionou denominar de *movimento de renovação* da geografia brasileira, momento em que se verifica uma vasta produção teórica com acentuado enfoque histórico e epistemológico, sobre os conceitos de espaço e território. No que se refere ao conceito de território, particularmente, os estudos intensificaram-se a partir da década de 1990, em meio à predominância dos estudos sobre espaço, mas ganharam maior relevância na primeira década do século XXI.

Constata-se pela produção geográfica que historia o *movimento de renovação* uma estreita relação com a geografia humana. Silva (1984, p. 73) indica que “[...] o movimento de renovação teve também raízes numa instituição velha: o Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo”. Além da origem, Silva (1984, p. 73) destaca que o movimento “[...] juntou os esforços dos professores do Departamento, de sua área de Geografia Humana, aos da Associação dos Geógrafos Brasileiros, então seção regional de São Paulo, através do Boletim Paulista de Geografia”.

A direção do *Boletim* adotou uma política de publicação, em 1976, que considerava as necessidades e os problemas que a Geografia e as demais Ciências Humanas enfrentavam naquela década de 1970. A AGB promoveu a publicação das discussões realizadas nas Reuniões Culturais. Criadas com a intenção de retomar o debate intelectual reprimido pela ditadura militar. Essas reuniões tiveram a participação de “Doze geógrafos da área de Geografia Humana”, como relata Silva (1984, p. 74). Tratava-se de um movimento que aglutinava esforços de instituições, como a AGB e as universidades, uma “nova geração” e geógrafos da área de geografia humana, ainda que não adotassem essa denominação.

A insatisfação com as práticas e teorias geográficas existia, mas foram nos encontros promovidos pela AGB, sobretudo na década de 1970, quando se acentuou os embates entre diferentes concepções do pensar e do fazer e surgiu a possibilidade de aglutinação e reação mais efetivas, contrárias ao estado da ciência geográfica vigente⁴. Embora sem constituir um projeto coletivo explícito e uma reação organizada, os temas da renovação foram-se delineando: a transformação social, que requeria uma nova finalidade para

a utilidade estratégica do saber geográfico; a constituição de uma teoria com conceitos e categorias próprios do discurso geográfico; a reconstrução da totalidade por meio do espaço; a busca do método que superasse a dicotomia entre geografia física e geografia humana; a preocupação com a fundamentação teórica, assentada numa filosofia abrangente e consistente; a preocupação em evitar a fragmentação e a especialização excessiva em várias “geografias”.

O movimento de renovação teve também, dentre outros, dois desdobramentos importantes: a criação da “geografia nova” e da “geografia crítica”, denominações para as novas tendências da Geografia e a reafirmação do espaço como objeto de estudo. Porém, tratava-se de uma nova concepção de espaço – o espaço social e historicamente produzido pelas relações sociais de produção e das lutas de classe –, que não se coadunava com a concepção da Nova Geografia⁵. Esses desdobramentos alimentaram parte significativa da produção teórica na Geografia Humana visando, sobretudo, conferir-lhe simultaneamente estatuto ontológico e epistemológico⁶. A Geografia Humana foi receptiva às reflexões críticas acerca do que vinha sendo a Geografia, a natureza de seu objeto de estudo, as perspectivas metodológicas e teóricas de investigação vigentes no ambiente acadêmico e, por conseguinte, não se negou a discutir a dimensão estratégica do saber geográfico.

Todavia, o que parecia conferir identidade à ciência geográfica, o espaço social, logo se converteu em tema de críticas. Essas, por sua vez, assumiram duas feições: uma que destacava o esquecimento da dimensão territorial dos fenômenos, como enfatizou Egler (1983), e, outra que questionava a transformação da Geografia numa “espaciologia”, como ressaltou Souza (1988).

Movimento de renovação e emergência dos estudos sobre território⁷

Na década de 1980, no auge da renovação, algumas “vozes dissonantes” se pronunciaram criticamente sobre a geografia crítica e a premência que o espaço ocupava no pensamento geográfico. Um dos grandes desafios do momento era o de ultrapassar o trabalho do negativo, empreendido pela crítica teórica e ideológica, rumo a proposições efetivas, sobretudo, no que concernia à realidade nacional: a recuperação da democracia, como um valor social, em meio a um longo período de ditadura militar; a abertura política e a redemocratização; o engajamento político e as lutas populares; a preocupação com o social, o desenvolvimento econômico e técnico; a

questão ambiental, a expropriação do campesinato; a necessidade de um projeto nacional para o Brasil. Durante toda aquela década as palavras crítica e crise deram a tônica nos discursos e debates da geografia brasileira.

Uma dessas “vozes dissonantes”, Egler (1983, p. 73), questionava a geografia crítica porque teria “[...] se restringido em procurar interpretar o mundo a partir do conflito básico entre capital e trabalho; reduzindo ao esquecimento a luta política e econômica que a propriedade do capital e da terra cria no interior da classe dominante [...]”. Nesse sentido, tal concepção ignorava o “conflito nacional e regional já que o interesse dos capitalistas seria homogêneo em toda a superfície da terra [...]” (Egler, 1983, p. 73). Quanto à Nova Geografia, prossegue Egler (1983, p. 74), mostrava-se “[...] incapaz de analisar e compreender as profundas transformações que se processaram nos últimos trinta anos no quadro político-territorial do mundo contemporâneo [...]”. Essas críticas não isentavam o pensamento geográfico brasileiro à época, porque tal pensamento teria negado a essência do conflito político, pois, “Negando o caráter nacional, regional ou local do conflito político, ‘pasteurizando’ o espaço em escala mundial, as novas tendências do pensamento geográfico têm sistematicamente deixado de lado a análise da realidade concreta, territorialmente definida” (Egler, 1983, p. 74). Os termos da crise também foram questionados: era a Geografia ou os geógrafos que estavam em crise.

Os termos da crítica e do debate se inverteram porque demandavam o exercício da autocrítica e do retorno de uma categoria basilar do pensamento geográfico: o território, colocando-a no cerne das reflexões. A superação da crise exigia: lucidez na identificação do conflito político contemporâneo, posicionamento político-ideológico e mais atenção às formas que a materialidade do espaço assumia naquele final de século.

A materialidade do espaço se manifesta no território, que é sujeito à apropriação privada, à luta pela sua posse e de seus recursos naturais. É o uso e a apropriação do território que desnudam o caráter do capitalismo e trazem à tona as relações concretas de produção. Cenário ativo da luta de classes, da concorrência entre os detentores dos meios de produção, o território é a determinação concreta das contradições do modo capitalista de produção. (Egler, 1983, p. 75.)

Os debates entre tradição e renovação reconheceram na categoria território que nem tudo na tradição podia ser negado, sob pena de perder a identidade da própria Geografia, porque “*A geografia nasceu como ‘ciência do território’, entendendo o território como a porção da superfície da Terra sujeita*

à *apropriação pelas formações sócio-econômicas nos diferentes estágios de desenvolvimento*” (Egler, 1983, p. 75, grifo nosso). O que estava em questão eram os contornos e as configurações nas quais se delineavam o território.

Ao final da década de 1980 e início dos anos 90, o território se apresentava também como uma categoria de análise que possibilita compreender a acumulação capitalista em relação às formas de reprodução da agricultura camponesa, pois o capital agiria monopolizando territórios, num processo de territorialização da agricultura que se diferencia da espacialização da luta pela terra, no campo. Conforme Oliveira (2000, p. 44) a territorialização do capital e espacialização da luta pela terra constituiriam conceitos necessários à compreensão do espaço agrário brasileiro. No âmbito da geografia agrária destacam-se as formulações de Fernandes (1999, 2005, 2006, 2009) ao articular movimentos sociais e território, ou seja, sua preocupação em elaborar uma “teoria geográfica” dos movimentos sociais. Em seu depoimento apresenta o que considera sua contribuição ao pensamento geográfico brasileiro: “Minha contribuição [...] está na compreensão do processo de territorialização e desterritorialização; na tentativa da construção de uma Geografia dos movimentos camponeses como movimentos socioterritoriais” (Fernandes, 2008, p. 50-51). Essa convicção tem sido uma das motivações de suas pesquisas sobre os movimentos sociais no campo.

A década de 1990 foi pródiga em proposições acerca do território em relação a vários temas. Dentre eles destacam-se os artigos de: Santos (1994): *O retorno do território* que se tornou emblemático da contestação do pensamento único em torno da globalização e das concepções e políticas neoliberais; Souza (1995) *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento* que ressignificou o conceito de território numa perspectiva crítica quanto ao seu conteúdo ideológico; Becker (1997) *Tendência de transformação do território no Brasil. Vetores e Circuitos*, cujas reflexões ressaltam a dimensão econômica do território, a fronteira em movimento e a questão da soberania nacional; Castro (1997a) *Solidariedade territorial e representação. Novas questões para o pacto federativo nacional*, que procura identificar os vínculos entre a dimensão institucional, o poder político e o território; Gomes (1997) *A dimensão ontológica do território no debate da cidadania: o exemplo canadense*, que visava elucidar a dimensão ontológica do território no debate da cidadania e da questão nacional. Essa compilação tem por objetivo evidenciar as temáticas nas quais o território foi se configurando teoricamente. Nessa década de 1990, tão importantes quanto os artigos foram também os livros⁸ para o pensamento geográfico

brasileiro, a saber, de Andrade (1995), Costa (1989,1992), Haesbaerth (1997), Moraes (1988), dentre outros, que deram a tônica aos debates e às pesquisas sobre território, tornando-se referências obrigatórias⁹.

Nas primeiras décadas do século XXI, muitas das pesquisas, sob a forma de livros ou teses, foram publicadas e tornaram-se obras de referência sobre o território. Algumas ainda permanecem inexploradas quanto à relevância de suas proposições. Seria impossível citar todas as pesquisas, mas indicamos alguns autores que consideramos imprescindíveis, tais como, Arroyo (2001), Castro (2005), Costa (2005), Haesbaerth (2002, 2004), Lopes (2004), Moraes (2000, 2002), Santos; Silveira (2001). Em todos esses autores a reflexão sobre o território está vinculada a um tema ou problema de investigação quer seja a economia, a cultura, a política ou a história, quer seja a técnica. Identificar as questões postas e os percursos de investigação, as filiações teóricas é tarefa fundamental àqueles que se dedicam a produzir conhecimento geográfico. Alguns desses geógrafos apontaram, em seus depoimentos, as motivações que os levaram ao “encontro” com o território. Segundo Costa (2007, p. 7):

O geógrafo sempre é um apaixonado muito grande, pelo seu lugar e pelo olhar que ele desenvolve sobre as diferentes escalas. [...] vem daí, também, a minha tendência de valorizar o território. Porque o território é uma forma de você humanizar a região. O território nada mais é que a humanização da região, do lugar e do espaço. [...].

Quanto a Moraes (1996, p.148), ao optar por uma reflexão que prioriza o aspecto político, foi paulatinamente enfatizando o território em sua produção teórica. Contrapondo-se à ótica liberal e posicionando-se como geógrafo crítico, afirmou:

O pensamento crítico em Geografia vai contrapor-se a estas visões, atacando frontalmente aquilo que elas têm em comum: a ótica de reduzir a nação à sua dimensão espacial. [...]. Para os geógrafos críticos, o território é visto como um produto social, um resultado histórico da prática humana sobre a superfície terrestre.

Moraes elegeu também uma concepção de história, numa das vertentes do marxismo, e promoveu o cruzamento entre território e história como núcleo central de sua definição de geografia humana como uma “história territorial”. Dedicou-se também a pensar um projeto nacional para o país e o desafio implicado nesse projeto.

O desafio posto para a reflexão de uma geografia democrática na atualidade é o de pensar o Brasil como uma sociedade, dando nova qualidade à abordagem do território nacional, este devendo ser entendido como patrimônio da nação (e não sua razão de ser). [...]. A superação do espacialismo autoritário não deve ser a supressão do território no ordenamento do projeto nacional, mas seu equacionamento adequado ao ideal democrático. (Moraes, 2002, p. 131).

Quanto a Santos, o percurso teórico e metodológico, bem como as motivações que o levaram às articulações entre espaço e território são mais densas e mereceriam um artigo à parte. Muitas vezes foi questionado sobre o emprego ou abandono de categorias e conceitos em sua produção teórica. Em suas últimas reflexões, ao final do século XX, Santos (2004, p. 115-116) alertava sobre as influências da globalização e das ideias neoliberais na Geografia.

Tal influência da globalização e do neoliberalismo alcança a própria geografia, quando esta aceita transformar-se em uma geografia sem território, como, aliás, está se tornando frequente e pode mesmo ser apontado como prática hegemônica em certos centros universitários. Exemplos dessa geografia sem território não se limitam ao discurso da disciplina para fins externos, mas se inserem no próprio âmago do trabalho científico e da formação de novos geógrafos, tanto na pesquisa como no ensino.

As consequências dessa “geografia sem território” se expressavam no plano teórico e político, como também pedagógico, isto é, na formação de futuros geógrafos. Daí a necessidade de reconstituir o conceito de território em sentido amplo, sob o risco de aniquilamento da ciência geográfica. Situação que Santos visava superar e projeto que perseguiu insistentemente em toda sua reflexão. Com o advento da globalização era necessário reabilitar o território no pensamento geográfico e por meio dele repensar também a identidade própria da Geografia.

Uma geografia sem território é uma contradição que ajuda a explicar a ausência cada vez maior dessa categoria de análise e debate aprofundado da nação. Isso constitui para o país um retrocesso, e para a disciplina geográfica pode equivaler a uma espécie de suicídio. Se os geógrafos se ausentam do debate sobre o território, há um empobrecimento paralelo das ciências políticas, da sociologia e da interpretação histórica, e, no plano prático, um empobrecimento também da própria vida política da nação. Felizmente, uma forte reação se esboça nos meios acadêmicos, mas igualmente nos meios políticos, e desse modo podemos esperar que o território, essa realidade esquecida, seja retomada, evitando o enfraquecimento

de uma das ópticas sem a qual a visão de mundo, dos países, dos lugares, é incompleta e até mesmo irreal. (Santos, 2004, p. 116-117.)

No início do século XXI, em 2001, Santos publicou, em coautoria com Silveira, o livro: *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, sobre o qual ele fez o seguinte comentário: “Interpretei o Brasil a partir do seu território. Ele é a personagem central dessa leitura. Quero mostrar que o território permite fazer falar a nação” (Santos, 2002, p. 69). Essa obra não significou apenas o preenchimento de uma lacuna na produção teórica em Geografia. Ela permanece como uma proposição teórica e metodológica sobre o país.

Com o movimento de renovação, que assumiu as feições de um marco emblemático da geografia brasileira, o conceito de território foi reabilitado no pensamento geográfico contemporâneo, ao qual vieram se juntar as dimensões da técnica, da cultura, da cidadania, da economia e do desenvolvimento, dentre outras. O território também passou a ser pensado em outras escalas e não apenas em escala nacional.

A produção geográfica sobre território nos eventos da AGB

Com as mudanças ocorridas após o ENG de 1978, os fóruns foram dirigindo cada vez mais suas temáticas para os aspectos socioeconômicos. O movimento de renovação repercutiu nas propostas de estudo, nas universidades e nos fóruns da comunidade geográfica, como relata Monteiro (2002, p. 28):

[...] nos departamentos de Geografia das universidades, tratava-se de aumentar as disciplinas de caráter socioeconômico em detrimento daquele ambiental. Chegou-se a um ponto tal que os praticantes da Geografia Física foram levados a gerar o seu próprio fórum de debates, mediante a criação dos “Simpósios de Geografia Física Aplicada” [posteriormente somaram-se a estes, os de Geomorfologia e de Climatologia. Esta prática foi instalada na primeira semana de dezembro de 1984 em Rio Claro-SP - movimento iniciado por Antônio Christofolletti].

Tais eventos tornaram-se momentos de reflexão sobre a finalidade social e política do conhecimento geográfico, a natureza do trabalho dos geógrafos e o que pensavam de seu ofício como cientistas. Os temas dos encontros apresentam as temáticas mais próximas das discussões realizadas no âmbito da geografia humana: *Geografia e realidade brasileira*:

formas de resistência (1988), *Movimento brasileiro, movimento geográfico: território, ambiente, cidadania* (1990), *Geografia, democracia e a (des) ordem mundial* (1992), *Velho mundo – novas fronteiras* (1994), *Espacialidade e territorialidade: limites da simulação* (1996), *A geografia brasileira e as transformações no trabalho e no espaço* (1998), *Os outros 500 na formação do território brasileiro* (2000), *Por uma Geografia Nova na construção do Brasil* (2002), *Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a geografia no século XXI* (2004), *A Geografia e a Amazônia no contexto latino-americano: diálogos, práticas e percursos* (2006), *O espaço não para: por uma AGB em movimento* (2008), *Crise, Práxis e Autonomia: espaços de esperança e de resistência* (2010) ¹⁰.

No período investigado, de 1980 a 2010, foram realizados 16 eventos pela AGB, sendo 13 Encontros Nacionais de Geógrafos (ENG) e três Congressos Brasileiros de Geógrafos (CBG). Em relação aos eventos, dos 16 promovidos, sete ocorreram entre as regiões Norte (1974, Belém; 2006, Rio Branco), Sul (1982 e 2010, Porto Alegre; 2000, Florianópolis) e Centro-Oeste (1986, Campo Grande; 2004, Goiânia); e, o restante (nove eventos), com organizações distribuídas entre o Nordeste e o Sudeste. Conforme consta no Gráfico 1, em toda a década de 1980 totalizaram-se mais de 600 trabalhos, com 27 produções acerca do Território e 70 sobre Espaço. A partir do encontro de 1986, em Campo Grande – MS, mais direcionado a temática agrária, houve um aumento considerável de trabalhos inscritos nos eventos.

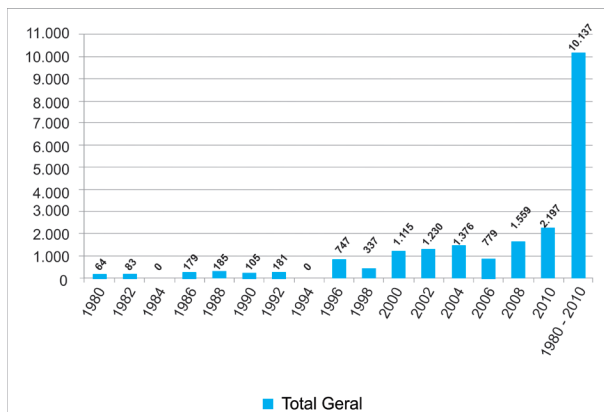


Gráfico 1: Publicações nos eventos da AGB entre 1980-2010

Fonte: Anais dos eventos da AGB (1980-2010). Org.: Silva, M. F.; Silva, A. C. 2013.

Até a década de 1970, a produção científica em Geografia era desenvolvida por pequenos grupos de geógrafos vinculados à AGB e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹¹. Mamigonian (1987, p. 136) ressalta a importância dos encontros da AGB na formação intelectual, principalmente, dos graduandos de Geografia, pois “[...] eram mais produtivos e democráticos que os cursos de geografia existentes nas universidades e realizavam os treinamentos de pesquisa e os debates que eram escassos nos cursos [...]”.

Na década de 1990, houve novamente um aumento generalizado nas produções, pois, totalizaram-se quase 2.400 trabalhos, sendo cerca de 160 sobre Território e 190 produções sobre Espaço. Destaque para os três últimos eventos do período, principalmente o XII ENG, realizado em Florianópolis – SC, no ano de 2000. De aproximadamente 750 produções em 1996, em Recife; e 340 em 1998, em Vitória da Conquista, mais de 1.100 trabalhos foram inscritos no ano de 2000, sendo 70 sobre a categoria Espaço e aproximadamente 80 sobre Território. Este superando, pela primeira vez, àquele em número de produções.

No terceiro e último recorte temporal analisado (2002-2010), totalizou-se mais de sete mil produções, sendo quase 890 sobre Espaço e 803 acerca do Território. Nesse período, cada região do país sediou um evento e todos preservaram em suas formatações, o eixo geral de publicação: “Espaços de Diálogo”. Nos Encontros de 2006, em Rio Branco, e 2010, em Porto Alegre, novamente a produção de temática territorial superou a produção acerca do Espaço. No Encontro de 2010, vale ressaltar que a quantidade de trabalhos inscritos ultrapassou duas mil unidades. De quase 1.400 produções em 2004, em Goiânia, e aproximadamente 800 em 2006, houve posteriormente um crescimento dos trabalhos inscritos, cerca de 1.600 em 2008, em São Paulo, para mais de dois mil trabalhos em 2010.

Embora nas duas primeiras décadas (1980 e 1990) analisadas, as produções sobre a categoria “Espaço” tenha superado as produções acerca do Território, constatou-se um percentual de crescimento apresentado por este último, com notável aumento quantitativo, na primeira década do século XXI. Entre o período de 1980-1990 a 1992-2000, houve um aumento de 482% nas produções de temática territorial, sendo que no mesmo intervalo temporal, a produção acerca da categoria Espaço aumentou 170%. Nos períodos de 1992-2000 e 2002-2010, ambas as categorias tiveram bom desempenho, no entanto, a produção sobre Território apresentou maior índice de crescimento, quase 412% diante de quase 368% da categoria Espaço.

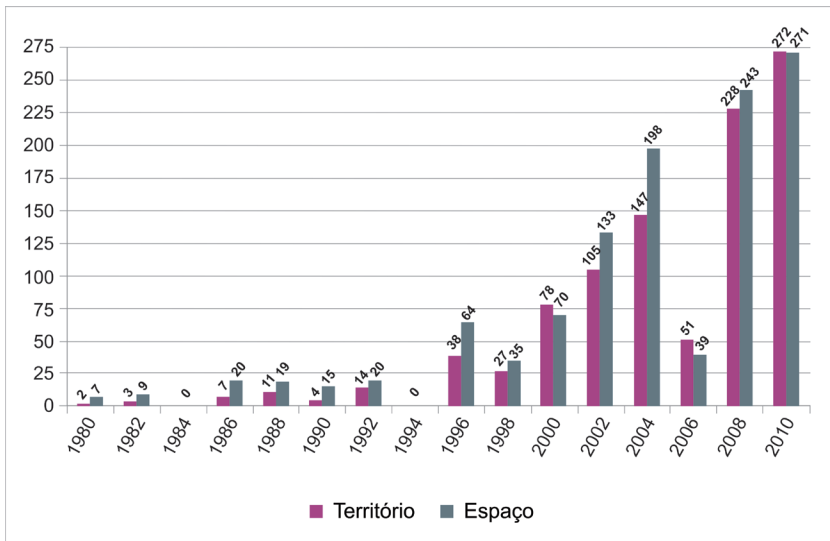


Gráfico 2: Publicações sobre Território e Espaço nos eventos da AGB entre 1980-2010

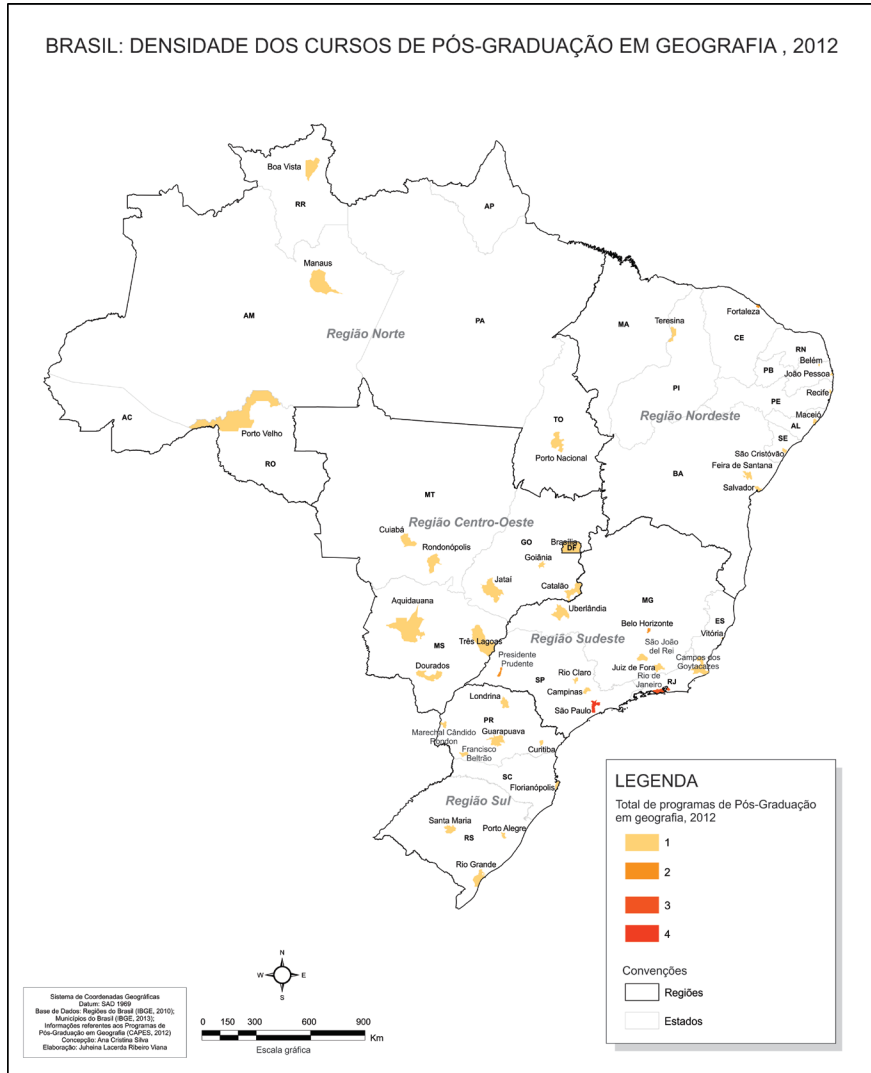
Fonte: Anais dos eventos da AGB (1980-2010). Org.: Silva, M. F.; Silva, A. C. 2013.

Além dos Anais dos encontros da AGB há uma vasta produção, sob a forma de dissertações e teses, a ser sistematizada e investigada. A ausência de trabalhos de sistematização sobre a produção geográfica brasileira foi um dos motivos que suscitou a presente investigação. Outro motivo refere-se à elucidação do pensamento geográfico brasileiro contemporâneo: os temas de pesquisa em voga, as categorias de análise em pauta, as perspectivas teóricas e metodológicas. Tratou-se, portanto, de realizar um levantamento quantitativo sobre essa produção, de sistematizá-la procurando identificar as configurações do pensamento geográfico brasileiro relativamente ao território e identificar onde se concentra essa produção.

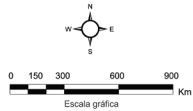
Especialização da produção geográfica sobre território

Na década de 1970 destaca-se a criação dos primeiros programas de pós-graduação em Geografia, no Brasil. Na travessia da primeira para a segunda década do século XXI, identifica-se a existência de 41 cursos de mestrado e 18 cursos de doutorado em Geografia, distribuídos nas regiões do país (Figura 1).

BRASIL: DENSIDADE DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 2012



Sistema de Coordenadas Geográficas
 Datum: SADC 1959
 Base de Dados: Regiões do Brasil (IBGE, 2010);
 Municípios do Brasil (IBGE, 2010);
 Informações referentes aos Programas de
 Pós-graduação em Geografia (CAPES, 2012)
 Concepção: Ana Cristina Silva
 Elaboração: Juliana Lucinda Ribeiro Viana



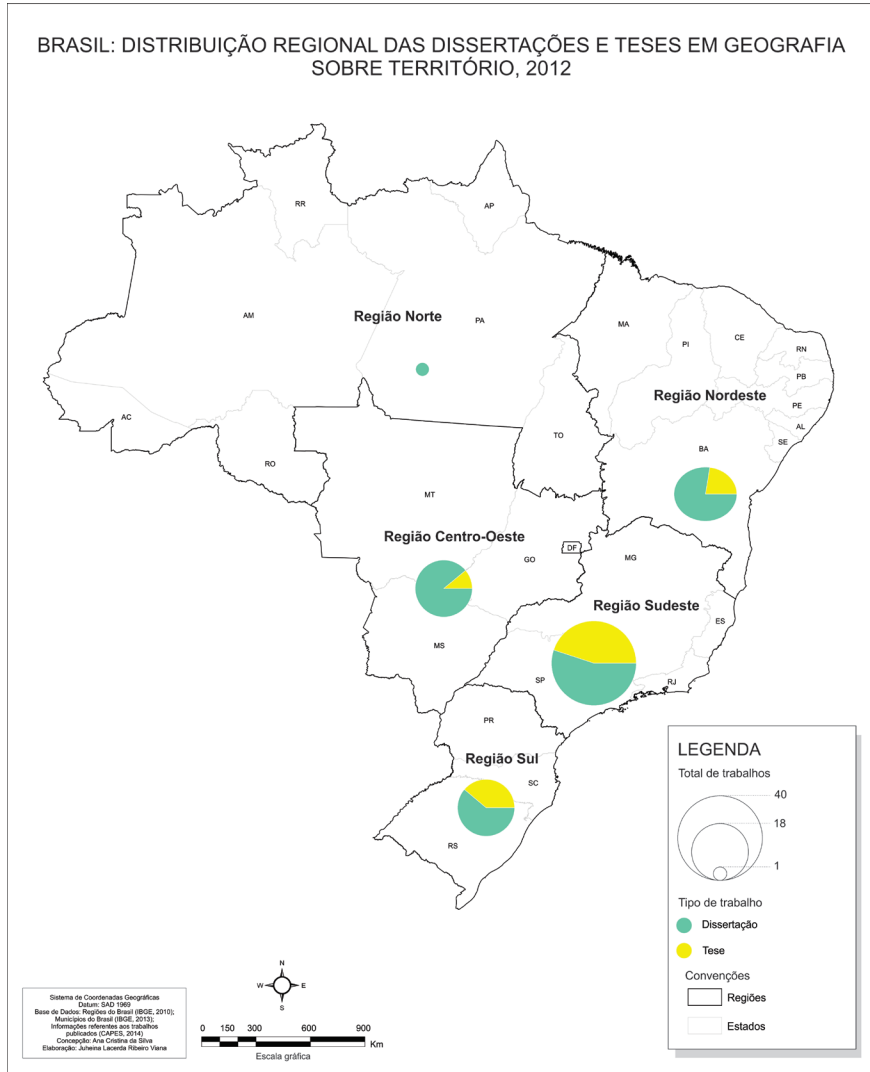
No Brasil, o crescimento dos programas de pós-graduação se intensificou nas primeiras décadas do século XXI. Porém se concentram na Região Sudeste, historicamente pioneira na pós-graduação, seguida da Região Sul. Os programas de pós-graduação elegem áreas de concentração que se referem a temáticas relacionadas a questões regionais e/ou nacionais, ao perfil de seus pesquisadores e às demandas locais ou nacionais de formação de novos pesquisadores. No âmbito da pós-graduação em Geografia destacam-se as seguintes áreas de concentração, conforme sistematização feita por Mota (2012, p. 5, grifo da autora):

Ambiente e Natureza na qual engloba questões ambientais; *Espaço*, que inclui a organização, apropriação, produção, dinâmica e análise espacial; *Território*, que abarca assuntos relacionados às territorialidades e às dinâmicas e ao ordenamento territorial; *Região*, que envolve questões referentes a análise, dinâmica e planejamento regional, assim como, questões relacionadas ao urbano e ao rural. Outras áreas também apontadas pela Capes é o *Tratamento da Informação*, as *Novas Tecnologias*, o *Ensino*, a *Teoria e Método*.

Numa das etapas da pesquisa, constatou-se o crescimento dos estudos sobre território e evidenciou-se que os cursos de pós-graduação mais antigos, a exemplo da Universidade de São Paulo (USP) apresentam maior número de dissertações e teses defendidas, no período em estudo (1980 a 2012). Nessa instituição foram produzidas, desde 1982, cerca de 109 pesquisas em que se identificam o conceito de território, sendo 54 dissertações e 55 teses. As produções acadêmicas apresentam crescimento, tanto sob a forma de dissertações quanto sob a forma de teses. A figura 2 representa a distribuição regional de dissertações e teses, em Geografia, sobre território¹².

As Regiões Sudeste e Sul ainda concentram a maior parte da produção acadêmica, numa abordagem territorial. Embora os dados e as informações cotejadas para a presente investigação evidenciam também o crescimento e a expansão dos programas de pós-graduação em outras regiões.

BRASIL: DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS DISSERTAÇÕES E TESES EM GEOGRAFIA SOBRE TERRITÓRIO, 2012



Considerações Finais

A presente investigação possibilitou identificar: a emergência e o crescimento de pesquisas numa abordagem territorial, no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, por meio do levantamento quantitativo de trabalhos (em nível de graduação e pós-graduação) apresentados nos eventos da AGB e das dissertações e teses que caracterizam a produção acadêmica no período em estudo (1980-2012). Todavia, não se pode afirmar que há uma unidade teórica e metodológica nessa produção. Há dissertações e teses que partem de uma perspectiva teórica e metodológica dialética, outras fenomenológicas no âmbito da geografia humanística ou cultural. Destacam-se os estudos sobre: microterritorialidades na geografia urbana; desterritorialização; movimentos sociais e luta pela terra na geografia agrária; território, fronteiras e soberania na geografia política; planejamento e ordenamento territorial; políticas territoriais e ideologias geográficas. O que se pode afirmar é que há polissemia (muitos sentidos e significados são atribuídos ao conceito de território) e polifonia nos estudos que têm o território como categoria central de análise ou como conceito.

Constata-se que há uma configuração intelectual no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo que reúne diversas posições em torno do território. Essa diversidade advém de estudos e pesquisas diferentes por suas origens, seus objetivos, posicionamentos teóricos e metodológicos que não têm um núcleo epistemológico comum ou convergência filosófica e política. Disso resulta a pluralidade de concepções acerca: do que é território, da Geografia, do que é geográfico, da finalidade “estratégica” do saber dessa ciência e do que é ser geógrafo. Em tal configuração destaca-se a predominância da pluralidade teórica, metodológica e temática.

No início do século XXI, Corrêa (2001, p. 10) propôs que se aceite com generosidade o pluralismo metodológico que emergiu na década de 1980 em reação às ortodoxias. Em sua proposta de temas, pressupõe a continuidade do processo de diferenciação espacial engendrado pela globalização. Chama a atenção para a necessidade de se reconhecer a trajetória da geografia brasileira, de identificar a existência de tradições – com destaque para as “pesquisas solidamente estabelecidas no país” –, e elementos para se pensar o futuro, com destaque para as “lacunas na produção geográfica nacional”. Mas essa pluralidade também aparece

como uma ameaça à totalidade, categoria muito valorizada na geografia brasileira renovada. Por ora, ficamos com as proposições de Santos (1994, p. 15) acerca do território “Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, [...], carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existencial individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro”.

Notas

1 As entrevistas foram determinantes na orientação da pesquisa e procuramos não desvincular os depoimentos de uma produção geográfica mais ampla. Elas visavam identificar características do pensamento geográfico brasileiro que não se encontravam sob a forma de livros ou artigos. Por meio delas foi possível identificar as formações profissionais e trajetórias de vida, o posicionamento e as formas de participação de geógrafos e geógrafas no *movimento de renovação*, bem como o interesse pelo conceito território. Os entrevistados, geógrafos e geógrafas brasileiros, foram selecionados por pesquisarem temas nos quais predominam o conceito de território e por serem expressivos de novas concepções de território no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo.

2 Essa etapa da pesquisa foi desenvolvida como parte de um programa de iniciação científica (PIBIC), com bolsa do CNPq, por Michael Fernando da Silva, mediante o Plano de Trabalho: *A renovação da Geografia Humana e o retorno do território no pensamento geográfico brasileiro: um estudo da produção geográfica apresentada nos Congressos da AGB (1980 – 2010)*, sob nossa orientação, em 2012-2013.

3 Essa etapa da pesquisa também foi desenvolvida como parte de um programa de iniciação científica (PIBIQ), com bolsa do CNPQ, por Paulo Roberto Ferreira de Aguiar Junior, mediante o Plano de Trabalho: *A renovação da Geografia Humana e a emergência das pesquisas sobre território no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo: um estudo da produção geográfica sob a forma de dissertações e teses (1980 – 2012)*, em 2013-2014.

4 Um amplo movimento de renovação manifestou-se no evento de Fortaleza, realizado no ano de 1978, que continuaria com a assembleia da AGB, realizada em São Paulo, no ano de 1979, contribuindo para as mudanças no Encontro de 1980, no Rio de Janeiro.

5 Para a compreensão das divergências entre a Nova Geografia e a Geografia Crítica ver os artigos de Faissol (1978) e Crhistofoletti (1985).

6 Destaca-se um dos textos mais emblemáticos desse momento: *O espaço geográfico como categoria filosófica*, apresentado por Milton Santos no Encontro Nacional de Geógrafos em 1982 e publicado em 1988. Nele conjugam-se uma definição de Geografia e de técnica e a assertiva da Geografia como uma ciência social: “[...]. A geografia deixa de ser uma parte da física, uma filosofia da natureza, para ser uma filosofia das técnicas” (Santos, 1988, p. 10).

7 Não saberemos de todas as motivações que conferiram sentido à reabilitação do território no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo, mas podemos saber de algumas delas. E desse modo, “localizar” e “mapear” tais motivações por meio das experiências e da memória que delas têm os geógrafos brasileiros que nos são contemporâneos, seja por meio de seus depoimentos ou mediante à compreensão da proposição de mundo que se encontra em suas obras escritas.

8 Alguns como os de Costa e Moraes foram publicados já no final da década de 1980.

9 Para efeito desse artigo, optamos por não destacar a influência de autores estrangeiros no debate acerca do território no pensamento geográfico brasileiro, pois ultrapassa nossos objetivos no momento.

10 Durante a pesquisa não foram identificados títulos temáticos nos eventos anteriores ao de 1988.

11 Até a década de 1970, também o IBGE constituiu-se numa importante referência das pesquisas geográficas no Brasil, tendo aglutinado e formado gerações de geógrafos na pesquisa aplicada. Instituição vinculado diretamente ao governo de Estado brasileiro, o IBGE ainda hoje é um dos órgãos responsáveis pelas pesquisas que servem de referência para o planejamento territorial e as políticas governamentais. Segundo Faissol (1996), o IBGE promovia a formação de seus profissionais enviando-os para cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação no exterior. Desde sua criação até a década de 1970, o IBGE aglutinou geógrafos em seus conselhos e comissões de estudo influenciando diretamente a formação de pesquisadores em Geografia. Com o advento do regime militar, na década de 1960, o IBGE passou por profundas reformas internas, o que repercutiu também na composição do quadro de profissionais da instituição, com a contratação de economistas e a redução do número de geógrafos.

12 A distribuição geográfica da produção acadêmica por região foi elaborada a partir do banco de dados da CAPES, que somente em 2004 começou a disponibilizar essas informações em seu site.

Referências

AGUIAR JÚNIOR, Paulo Roberto Ferreira de. A renovação da Geografia Humana e a emergência das pesquisas sobre território no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo: um estudo da produção geográfica sob a forma de dissertações e teses (1980 – 2012). In: *Seminário de Iniciação científica*, Goiânia, 2014.

ANDRADE, Manoel C. de. *A questão do território no Brasil*. [1. ed. 1995]. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ARROYO, M. Mônica. *Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX*. 2001. 250 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. Entrevista concedida em São Paulo, em 11 de dezembro de 2008. 2. v. p. 75-104.

BECKER, Bertha K. Tendência de transformação do território no Brasil. Vetores e Circuitos. *Território*, Rio de Janeiro, n. 2, v.1, p. 5-18, jan./jun. 1997.

CASTRO, Iná E. de. Solidariedade territorial e representação. Novas questões para o pacto federativo nacional. *Território*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2. p. 33-42, jan./jun. 1997a.

_____. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997b. p. 155-196.

_____. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, Wanderley M. da. COSTA, Wanderley M. da. *O estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. *Política e território em tempos de mudanças globais*. 94 f. Tese (Livre Docência), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. *Geografia política e geopolítica: discurso sobre o território e o poder*. [1. ed. 1992]. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

CRHISTOFOLETTI, Antônio. As características da nova geografia. In: CRHISTOFOLETTI, A. (Org.). *Perspectivas da geografia*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1985. p. 71-102.

EGLER, Claudio A. G. Espaço ou território (Dilema da geografia ou dos geógrafos?). In: SIMPÓSIO: TEORIA E ENSINO DA GEOGRAFIA. Textos para discussão. Belo Horizonte: UFMG, 1983. p. 73-79.

FAISSOL, Speridião. Teorização e quantificação na Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, ano 40, n. 1, p. 1-168, jan./mar. 1978.

FERNANDES, Bernardo M. MST – formação e territorialização. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. Brasil: 500 anos de luta pela terra. *Revista Cultura Vozes*, Petrópolis, RJ, v. 93, ano, n. 2, p. 11- 31, 1999a.

_____. A questão agrária em sua nova configuração sócio-econômica, política e territorial. In: CASTRO, Iná E. de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Claudio A. G. (Org.). *Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999b. p. 223-232.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista Nera*, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 24-34, jan./jun. 2005.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009. p. 197-216.

GOMES, Paulo C. da Costa. A dimensão ontológica do território no debate da cidadania: o exemplo canadense. *Território*, Rio de Janeiro, v.1 n.2 p. 43-62, jan/jun. 1997.

HAESBAERTH, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. *Territórios alternativos*. Niterói, RJ: EDUFF, 2002.

_____. *Omito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LOPES, Iole I. *O território e os estados pós-nacionais: uma abordagem geográfica das teorias recentes de Jürgen Habermas*. 230 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MAMIGONIAN, Armen. *Revista GEOSUL*, Florianópolis, SC, ano 2, n. 3, p. 130-141, 1. sem. 1987.

_____. A AGB e a produção geográfica brasileira: avanços e recuos. *Revista Terra Livre – AGB*, São Paulo, n. 8, p. 157-162, abr. 1991.

_____. Entrevistas. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 88, p. 27-30, 2008.

MONTEIRO, Carlos A. de Figueiredo. A geografia no Brasil ao longo do século XX: um panorama. *Borrador: AGB-SP*, São Paulo, n. 4, jul. 2002.

MORAES, Antônio C. R. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. [1. ed.1988] 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOTA, Rosiane Dias. *Geografia cultural e a produção brasileira de teses e dissertações sobre as festas populares*. Goiânia, 2012. Inédito.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Entrevista. In: SCARIM, Paulo C. *Coetâneos da crítica: contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira*. 247 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 5-44.

SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. *Terra Livre*, São Paulo, n. 5, p. 9-20, 1988.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, M; SOUZA, Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. (Org.). *Território – globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-20.

_____. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. Entrevista: O Brasil (segundo Milton Santos). *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002. p. 69-71.

_____. *Testamento intelectual*. São Paulo: UNESP, 2004.

SANTOS, Milton.; SIVEIRA, Maria L, *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Ana Cristina da. *O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o XXI: o território na trama das significações imaginárias*. 578 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente 2010.

_____. *Território e significações imaginárias no pensamento geográfico brasileiro*. Goiânia: Cegraf, 2013.

SILVA, Michael Fernando da. A renovação da Geografia Humana e o retorno do território no pensamento geográfico brasileiro: um estudo da produção geográfica apresentada nos Congressos da AGB (1980 – 2010). In: *Seminário de Iniciação Científica*. Goiânia 2013.

SOUZA, Marcelo José. L. de. SOUZA, Marcelo José. L. de. “Espaciologia”: uma objeção (crítica aos prestigiamentos pseudo-críticos do espaço social). *Revista Terra Livre*, São Paulo, n. 5, p. 21-45, 1988.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E de.; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/acesso-ainformacao/perguntas-frequentes/pos-graduacao>>. Acesso em: 15 mar. 2014

Ana Cristina da Silva - Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Goiás e mestre em Filosofia pela mesma Universidade. É Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente. Atualmente é Professora efetiva da Universidade Federal de Goiás.

Recebido para publicação em 11 de setembro de 2015

Aceito para publicação em 23 de outubro de 2015